



VIDAS NEGRAS IMPORTAM NA UNIVERSIDADE? O ADOECIMENTO PSÍQUICO DE ESTUDANTES NEGRAS E NEGROS

Ana Luísa Coelho Moreira¹

*Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica,
Brasília-DF, Brasil*

Resumo: O acesso da população negra à educação superior ocorreu de uma forma mais tardia em virtude das sequelas coloniais e escravagista do Brasil. Um dos grandes gargalos, para além da dificuldade de entrada dessa população à educação, é a permanência de estudantes negras e negros no meio acadêmico, sobretudo pelo efeito nefasto do racismo que impacta diretamente na subjetividade e causa sofrimento. O presente trabalho tem o objetivo de refletir criticamente sobre o adoecimento psíquico de jovens que ingressam a universidade, considerando os avanços e retrocessos da educação superior do país. Além disso, busca-se investigar como as incidências do racismo, do colonialismo e do capitalismo atravessam a saúde mental da população negra no seu processo formativo acadêmico. A partir da provocação lançada se “vidas negras importam” na universidade, pretende-se, ainda, apontar caminhos possíveis a serem percorridos, com base na concepção descolonizadora do pensamento e uma escuta racializada.

Palavras-chave: racismo; adoecimento psíquico; universidade; estudantes negros; descolonização.

DO BLACK LIVES MATTER AT THE UNIVERSITY? THE PSYCHIC ILLNESS OF BLACK STUDENTS

Abstract: The access of the black population to higher education occurred at a later date due to the colonial and slave consequences of Brazil. One of the major problems, in addition to the difficulty of entry of this population to education, is the permanence of black students in the academic environment, especially due to the harmful effect of racism that directly impacts on subjectivity and causes suffering. This paper aims to critically reflect on the psychic illness of young people entering university, considering the advances and setbacks of higher education in the country. In addition, it seeks to investigate how the incidences of racism, colonialism and capitalism cross the mental health of the black population in their academic training process. From the provocation launched if black lives matter in the university, it is also intended to point out possible

¹ Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília. E-mail: analuisacm.psi@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2528-0737> .



paths to be followed, based on the decolonizing conception of thought and racialized listening.

Keywords: racism; psychic illness; university; black students; decolonization.

¿IMPORTAN LAS VIDAS DE LOS NEGROS EN LA UNIVERSIDAD? LA ENFERMEDAD PSÍQUICA DE LOS ESTUDIANTES NEGRAS Y NEGROS

Resumen: El acceso de la población negra a la educación superior ocurrió en una fecha posterior debido a las consecuencias coloniales y esclavistas de Brasil. Uno de los principales cuellos de botella, además de la dificultad de ingreso de esta población a la educación, es la permanencia de los estudiantes negros y negros en el ámbito académico, especialmente por el efecto nocivo del racismo que impacta directamente en la subjetividad y causa sufrimiento. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar críticamente sobre la enfermedad psíquica de los jóvenes que ingresan a la universidad, considerando los avances y retrocesos de la educación superior en el país. Además, busca investigar cómo las incidencias del racismo, colonialismo y capitalismo atraviesan la salud mental de la población negra en su proceso de formación académica. A partir de la provocación lanzada si la vida negra importa en la universidad, también se pretende señalar posibles caminos a seguir, a partir de la concepción descolonizadora del pensamiento y la escucha racializada.

Palabras-clave: racismo; enfermedad psíquica; Universidad; estudiantes negros; descolonización.

LA VIE DES NOIRS EST-ELLE IMPORTANTE A L'UNIVERSITE? LA MALADIE PSYCHIQUE DES ETUDIANTS NOIRS ET NOIRS

Résumé: L'accès de la population noire à l'enseignement supérieur s'est produit à une date ultérieure en raison des conséquences coloniales et esclavagistes du Brésil. L'un des principaux goulots d'étranglement, en plus de la difficulté d'entrée de cette population à l'éducation, est la permanence des étudiants noirs et noirs dans le milieu académique, notamment en raison de l'effet néfaste du racisme qui impacte directement la subjectivité et cause des souffrances. Cet article vise à réfléchir de manière critique sur la maladie psychique des jeunes qui entrent à l'université, compte tenu des progrès et des revers de l'enseignement supérieur dans le pays. En outre, il cherche à étudier comment les incidences du racisme, du colonialisme et du capitalisme traversent la santé mentale de la population noire dans son processus de formation universitaire. De la provocation lancée si la vie des Noirs compte à l'université, il s'agit également d'indiquer les pistes possibles à suivre, fondées sur la conception décolonisante de la pensée et de l'écoute racialisée.

Mots-clés: racisme; maladie psychique; Université; étudiants noirs; décolonisation.

INTRODUÇÃO

O processo de educação formativa para a população negra brasileira, desde sempre, foi pautado por uma série de atravessamentos que envolvem a história racial e

colonial do país. Evidenciar os percursos pelos quais caminharam e caminham os sujeitos negros é um eterno revisitar os percalços e as conquistas que a coletividade negra mergulhou. No âmbito da educação superior, de maneira mais recente que os demais patamares educacionais formais, a chegada da população negra se fez ainda mais tardia, e perdura-se a ausência de reparação histórica, o não reconhecimento e a iniquidade de acesso ao ensino superior, bem como a dificuldade da permanência e sobretudo, o agravamento do sofrimento psíquico.

A universidade, reconhecida como *lócus* de excelência de produção de conhecimento, abarca uma série de contradições que, por vezes, reproduz as exclusões inerentes às relações sociais, sem necessariamente tecer críticas ao próprio fazer e à prática daqueles que ali se encontram em formação. São penosas as consequências para os estudantes, principalmente para aqueles que são colocados e, obviamente se sentem, como iscas do processo predatório de exclusão racial, de gênero e de classe, entre outros marcadores de diferença. O agravamento do nível de adoecimento mental torna-se diretamente proporcional à omissão ou negação da universidade em encarar tais situações alarmantes.

Este artigo tem o objetivo de tecer reflexões críticas sobre o adoecimento psíquico de estudantes negras e negros na universidade, considerando o percurso de avanços e retrocessos no processo de educação superior do país. O texto busca evidenciar como as incidências do racismo, do colonialismo e do capitalismo atravessam a saúde mental da população negra no que tange o seu processo formativo educacional e emocional. Busca-se ainda apontar caminhos possíveis a serem percorridos a partir de uma concepção da descolonização do pensamento.

O espaço da educação superior sempre foi historicamente apresentado como mais um dos lugares de negação do devir negro. O olhar direcionado para este corpo negro e todas as dimensões que o constitui objetivou silenciar e aniquilar qualquer subjetividade advinda, e, em contrapartida, a supremacia branca acadêmica continua o seu projeto de colonizar mentes por meio de currículos embranquecidos; corpo docente sem representatividade negra e indígena; ausência ou escassez de investimento em pesquisas científica com o enfoque contra-hegemônico, imposição de fronteiras entre o que se supõe sobre estudantes negras/os, indígenas, LGBTI, periféricas/os, e o que de fato podem expressar ser.



Embora muitas manifestações nefastas do racismo possam ser identificadas pelos sujeitos negros na maioria das vezes, isso não os impede de serem profundamente afetados pelas experiências sofridas. Sentimentos de inferioridade, inadequação, não pertencimento, entre outros, são comuns em estudantes negras e negros que internalizam aquilo que lhes é atribuído enquanto valor humano. Por consequência, a estrutura psíquica é moldada a partir das experiências incorporadas e apreendidas como verdade. Como as construções sobre si se dão na relação com o outro, o psiquismo está entremeado na forja da colonialidade e do legado da escravidão, em que determinados sujeitos são inferiorizados para que outros possam elevar-se ao status de superioridade.

Nogueira (2017) mostra como que a questão da cor da pele está inscrita no inconsciente das pessoas por meio de um emaranhado de fatos e vivências políticas, econômicas, culturais e históricas. A autora denomina como “*apartheid* psíquico” essa segregação tão silenciosa e eficiente que habita a psique da pessoa negra fazendo com que ela se sinta apartada devido a sua cor/ raça. Como o racismo, em geral, é um elemento de negação explícita no discurso da população branca, logo implica em uma série de conflitos e ambiguidades para a psique negra diante da afirmação do vivido e da ocultação pelo discurso do Outro.

O racismo multifacetado imputa ao sujeito negro incontornáveis dúvidas acerca da sua existência. É nessa direção que Santos (1983), explora as nuances do ser e do tornar-se negro em uma sociedade racista pautada pelas exigências e expectativa dos brancos. Para a psicanalista, a descoberta em ser negra está para além da constatação do óbvio, uma vez que saber-se negra é “viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (SANTOS, p. 18, 1983).

Assim, percebe-se que as marcas que o racismo imprime podem alcançar inúmeras dimensões à subjetividade das pessoas negras e o desafio constante advém de um entrelaçamento das forças potencializadoras, atuando no intelecto desse devir. Conceber a educação como um direito de poder ser, estar e existir é uma longa trajetória de ruptura com o passado colonial, que pressupõe não só a atuação de pessoas negras, mas sobrepujante a de pessoas brancas em todos os processos. A necessidade de o branco entender-se como ser também racializado se faz urgente, a partir de um processo de automeiação e autorreconhecimento para conceber a sua implicação na

transformação do sistema educacional racista e excludente no Brasil, assim como redimensionar o seu olhar para repensar as relações sociais, culturais e subjetivas inerente aos seres humanos.

1- AS INSCRIÇÕES DO RACISMO NA COLONIALIDADE

Para compreender a incidência do racismo no campo da educação superior é necessário percorrer alguns conceitos e posicioná-los no processo histórico pelo qual a população negra na diáspora trilhou, como forma de pensar a partir de um lugar de adoecimento psíquico em virtude da desumanização de sujeitos negros e vislumbrar possibilidades de reconstituição de subjetividades e potencializações. Não obstante o campo acadêmico esteja imerso na tríade ensino-pesquisa-extensão, questões que interferem no bem-estar físico e emocional não podem ser relegadas ou minimizadas no processo de aprendizagem e formação.

Vale ressaltar que a concepção de raça, assim como afirma Gomes (2012) à luz do pensamento de Quijano (2005), é uma construção social estrutural e estruturante que permeia as relações sociais no Brasil. A divisão por raças é fruto do eurocentrismo, executada no Brasil por uma classe dominante branca, que por sua vez, carrega no seu discurso e na prática social a segregação racial como bandeira. Daí então, o racismo se faz imperioso nas relações sociais, uma vez que se mantém diligente no modo de se expressar, por meio do preconceito e da discriminação em virtude da cor da pele, dos traços fenotípicos e da origem étnica das pessoas.

O reconhecimento do racismo como um dos pilares estruturantes da nossa sociedade, constitui-se como um dos primeiros passos a ser dado, no que se refere ao olhar para as subjetividades das pessoas negras. O não reconhecimento ou a sua negação como incidência social, reproduzida pelo sujeito, conduz a uma perpetuação velada de práticas racistas, que se multiplicam e se reinventam nas relações cotidianas da sociedade. O racismo “é tão melhor aceito quanto for capaz de encobrir [...], o maior tabu da sociedade brasileira, em relação ao qual há uma verdadeira conspiração de silêncio” (CARNEIRO, 2018, p. 36).

A universidade é um espaço privilegiado de manutenção do racismo que se manifesta de diversas formas, muitas vezes despercebidas por aqueles que mais sentem e, por outro lado, pouco falada por aqueles que mais cometem. Conforme aponta

Almeida (2018), compreender a sociedade contemporânea passa necessariamente pelo entendimento dos conceitos de raça e de racismo. Enquanto raça pode ser explicada como um conceito relacional e dinâmico que pressupõe categorizações e classificações, algo comum na era moderna, o racismo já é algo intrínseco às estruturas da sociedade, é sistêmico. O termo denominado como racismo estrutural conjuga as condições de privilégio e subalternidade presentes nos grupos raciais que se espelham nas relações interpessoais e no cenário político, econômico, cultural.

No meio acadêmico, o racismo estrutural opera por meio da naturalização e da banalização das desigualdades. São ambiente repletos de ações reprodutoras da cultura racista na sociedade, que atuam de forma perversa, violenta e silenciosa. Como as instituições de ensino superior são atravessadas por diferentes disputas de poder, determinados saberes hegemônicos vão sendo cristalizados ao longo do tempo, todavia a tentativa de rompimento certamente esbarra em estruturas sólidas de valores racistas e patriarcais construídos. Almeida (2018) constata que o elemento central do racismo é o poder, logo quem detém o poder vai exercê-lo perante os demais, e completa: “Entretanto, a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem 'normal' e 'natural' no seu domínio” (ALMEIDA, 2018, p. 31).

Ao repousar-se nesse lugar de suposta neutralização, a universidade compactua com o silenciamento diante das iniquidades, principal nutriente para a propagação do racismo. Isso faz com que os estudos desenvolvidos no cerce acadêmico estejam, constantemente, direcionados a um outro longínquo e etéreo, que não o próprio sujeito. O professor universitário Emílio Carvalho chama a atenção para o modo como o aprendizado se dá, perante o legado da colonização:

Uma das marcas do modo colonizado de formação do intelectual brasileiro é que aprendemos a viver com pelo menos dois outros em nós: o outro intelectual do dito Primeiro Mundo, que tomamos por referência, e o outro laico, o povo, que tomamos por objeto. Um outro que investimos em ser, mas nunca seremos; e o outro, o povo, que de fato somos, mas investimos em não ser. (CARVALHO, KIDOIALE, CARVALHO e COSTA, p. 150, 2020).

Trazer a dimensão do racismo como algo estrutural no campo da educação requer um olhar cuidadoso para uma prática que extrapola o nível individual e escancara a dimensão do poder como elemento central. As instituições acadêmicas demonstram



em suas estruturas a manifestação do imperialismo educacional vigente, porém vivenciam constantemente o enlace ambíguo e contraditório da narrativa democrática com a prática seletiva e colonial. Quijano (2005), nomeia como colonialidade, a interpelação do poder na sociedade como forma de autenticar o ordenamento do capitalismo, porta-voz do pensamento ocidental moderno.

Nesse sentido, a decolonialidade se apresenta como um modo de repensar esse legado da colonização que não se findou, e refletir sobre formas de intervir na realidade subvertendo as lógicas de dominação. Maldonado-Torres (2018), aponta que a decolonialidade nos remete à lembrança dos objetivos claros da colonização como horizonte da modernidade, pois mesmo após o seu término formal, seus resquícios continuam presentes e entremeados nas relações contemporâneas.

A teoria decolonial [...] reflete sobre o nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividades, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 29).

Assim, pensar as nuances que envolvem a legitimação da colonialidade, intenta abarcar as lentes que consubstanciam o exercício do poder, tais quais são apresentadas como colonialidade do ser, do poder e do saber, camadas que constituem o processo de desumanização dos sujeitos (Maldonado-Torres, 2018). A colonialidade do ser permeia a percepção que o sujeito tem de si e do seu mundo, atravessado pelos preceitos da modernidade que moldam a sua existência valorativa no mundo. Já a colonialidade do poder confere práticas sociais que se orientam pelo o que é ditado no padrão europeu como modelo central hegemônico e universal (Quijano, 2005).

A colonialidade do saber, por sua vez, nos convoca a reeditar a geopolítica do conhecimento, deslocando a hegemonia do que é considerado legítimo e válido como saber. Em outras palavras, exige-se um desprendimento da retórica incorporada pelo *locus* eurocêntrico como poder epistêmico central. Assim, o desafio posto que interroga às universidades brasileiras é o da incorporação da descolonização do pensamento como meio de encarar as hierarquias subjacentes na produção do conhecimento que navegam na colonialidade do saber. Trazer outras narrativas epistêmicas à tona, a partir da leitura e da vivência que se faz da própria realidade subjetiva configura-se como um caminho para a transformação educacional e social do país.



Assim, no campo acadêmico é esperado que a colonialidade possa servir de força motriz para o apagamento de sujeitos negros pela via da desumanização ou constatação da sua humanidade incompleta. Não somente a história e a cultura afrodiaspórica é desprezada como conhecimento, como também a trajetória de lutas e resistência dos movimentos sociais é subtraída. Há uma tentativa de invalidação dos caminhos percorridos pela população negra para subverter a lógica colonizadora sonogada pela classe branca dominante. Diante do incômodo motivado pela ascensão da intelectualidade negra, a branquitude se move exasperadamente, para proclamar, conforme aponta Maldonado-Torres (2018) à luz de Fanon (2008), que negros/colonizados são aqueles “condenados” que não são capazes de produzir conhecimento, pois estão localizados fora do tempo e do espaço.

Por outro lado, cada vez mais a população negra começa a edificar meios de afirmar o seu *locus* de anúncio, partindo de bases reivindicatórias que ratificam a existência e a história. Formas de agenciamento por meio de escolhas próprias e de identificação com grupos, por exemplo, figuram estruturas pelas quais é possível produzir rupturas com o imaginário do corpo dócil, e “infante”, como bem coloca Lélia Gonzalez (1988), isto é, buscar corromper a lógica imposta em que o corpo negro que não tem voz e, portanto, está autorizado falar por ele. Muitas são as barreiras da colonialidade, entretanto remontar esses caminhos de ressignificação por meio do agenciamento social podem oferecer saídas promissoras.

A viabilidade do discurso como prática social pode se dar por meio do agenciamento de movimentos sociais que se propõem a fazer um resgate positivamente afirmado da ideia de emancipação da raça e das interconexões subjetivas negras. Gomes (2012) apresenta como o movimento negro pode interrogar a própria história do Brasil, a partir da concepção de raça:

Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (GOMES, 2012, 731).

Dessa maneira, os movimentos sociais, ao longo da história, foram indispensáveis para o alcance dos direitos constitucionais pela população negra, bem como foram vozes que ressoaram bravamente para a construção de políticas públicas. A

seguir serão elencados alguns destaques no campo da educação superior brasileira, onde foi possível o ingresso de negras e negros nas universidades públicas do país, contudo também serão evidenciados os entraves sociais e políticos que dificultam o acesso a direitos.

2- SISTEMA EDUCACIONAL SUPERIOR: COTAS, INGRESSO E PERMANÊNCIA

A política pública de educação brasileira possui um extenso percurso de iniquidades sociais e raciais, cujos reflexos se encontram nas margens do período colonial e escravagista do país. O jargão de “educação para todos” que habitam este território “brado e retumbante” sempre esteve presente na retórica de representantes governamentais, no entanto as iniciativas para a sua efetivação foram escassas e, em muitas situações, descontinuadas. Para a população não branca e para aquelas regiões que se encontram fora do circuito urbano-industrial, o acesso à educação ainda hoje pode ser constatado como inacessível, ou, no limite, de baixo investimento e invisibilidade na agenda pública de municípios, estados e no âmbito federal.

Ao realizar uma análise das normativas e estatísticas relacionadas ao campo educacional brasileiro e suas intersecções, observa-se como as disparidades raciais e socioeconômicas se conjugam na materialidade da desigualdade no país. Os dados do estudo “Informação Demográfica e Socioeconômica n.41” do IBGE, (Brasil, 2019), por exemplo, apontam o acirramento estatístico dos níveis de desigualdade brasileira quando se acrescenta a variável raça/cor aos indicadores de vulnerabilidade social e econômica. Nota-se que o documento revela uma discrepância na realidade social entre brancos (43,1%) e negros (55,8%), na qual a população negra, mesmo sendo a maioria em números, porém, o acesso dela aos direitos básicos é inversamente proporcional. Em relação ao mercado de trabalho, embora a população negra represente a maior parte da força de trabalho no país (54,9%), entretanto também ocupa a primeira posição no ranking da população desocupada ou subutilizada (média de 65%). Ainda que haja uma divisão por grau de instrução, a proporcionalidade se mantém.

Já no que diz respeito à educação, houve uma ligeira melhora para a população negra nos índices de escolaridade acumulada, ao longo das gerações. Atribui-se a isso o investimento em políticas públicas de correção de fluxo escolar e ampliação do acesso,



entretanto a população branca ainda lidera os melhores cenários. No ensino superior, ao comparar jovens brancos e negros, na mesma faixa etária de 18 a 24 anos, percebe-se que 78,8% dos brancos estão nas universidades, mas em relação à juventude negra o percentual é de apenas 55,6%.

Vale ressaltar que especialmente no decênio de 2003 a 2013, um contingente expressivo de pretos e pardos puderam acessar o ensino superior público e privado, em virtude da criação de políticas públicas educacionais, tais como reserva de vagas por meio da institucionalização da política de cotas, a lei 12.711/2012; Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI; Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, Programa Universidade para Todos – PROUNI, Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), entre outros.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, dentre inúmeras manifestações de representantes dos movimentos sociais negro e outras esferas, a filósofa e pensadora negra Sueli Carneiro, dois anos antes, em uma audiência pública sobre o assunto em questão, fez uma aclamada defesa contrapondo aqueles que ali condenavam a legalidade das ações afirmativas: “tal concepção, intencionalmente, omite no debate público todo o acúmulo teórico empreendido no âmbito da ciência política, no sentido da superação da noção abstrata de igualdade que desconsidera a forma concreta como ela se realiza ou não na experiência humana” (CARNEIRO, 2018, p. 283).

Meses depois foi sancionada a lei 12.711/2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas, um importante marco na educação brasileira, uma vez que prevê a reserva de metade das vagas nas universidades federais e nas instituições federais para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública. A norma tem o objetivo de proporcionar maior democratização no acesso ao ensino superior brasileiro para autodeclarados pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda.

Conseqüentemente, em 2018 o número de estudantes autodeclarados pretos e pardos (50,3%) nas instituições de ensino superior passou a ser ligeiramente maior do que o número de autodeclarados brancos. Contudo, diante desses dados, não se pode desconsiderar outros elementos que necessitam ser verificados com cautela, visto que são fatos que se tornaram cada vez mais frequentes no cenário nacional: a fraude no sistema de cotas, que provocou a entrada de estudantes brancos que se autodeclararam

negros e a não permanência de estudantes negros, em virtude do racismo institucional na universidade somado à omissão do Estado.

Nesse contexto, e com a trajetória de melhora nos indicadores de adequação, atraso e abandono escolar, estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%), em 2018. Entretanto, seguiam sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população, o que respalda a existência das medidas que ampliam e democratizam o acesso à rede pública de ensino superior (BRASIL, 2019, p. 9).

Embora o número de estudantes pretos, pardos e indígenas tenha aumentado nas universidades, a desigualdade social e racial permanece avassaladora. Por mais que as políticas afirmativas tenham logrado certo êxito no século XXI, quando comparadas aos índices estatísticos populacionais do país, torna-se desproporcional o fato de os negros serem a maioria da população e uma das minorias no contingente acadêmico. Isso mostra como as iniquidades precisam ser encaradas de forma complexa, considerando todas as (não) possibilidades de acesso que o povo negro e da diáspora vem sendo acometido.

Retomando os números que escancaram a desigualdade racial no país, o Atlas da violência de 2019 (IPEA e FBFP, 2019) permanece no quantitativo crescente da população negra nos principais índices de violência letal, visto que das vítimas de homicídio 75,5% são negros, ou seja, a cada morte por homicídio de um indivíduo não negro, há cerca de 2,7 negros mortos. Essa proporção devastadora de mortes da população negra também incide altamente nas taxas de suicídio, que serão detalhadas adiante. Conforme os dados extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/MS e analisado por especialistas, a cada 10 (dez) casos de suicídio cometidos por jovens, 6 (seis) ocorrem por pessoas negras (Brasil, 2018).

Ademais, não se pode deixar de mencionar o advento da pandemia provocado pelo novo corona vírus que assolou o mundo, e em particular o Brasil desde o início de 2020. Todos os brasileiros foram surpreendidos pela velocidade da propagação da doença e o elevado índice de contágio e de mortes devido a COVID-19. Por outro lado, a omissão e a negligência, do poder público em relação à doença foi tamanha ao ponto de ocorrer um disparo no número de casos confirmados e óbitos, anunciados diariamente por sucessivas quebras de recordes nacionais e internacionais. À população negra, indígena e periférica ficou relegado o mais completo descaso estampado na escassez de ações emergenciais para prevenção, enfrentamento e tratamentos acessíveis.



De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Covid-19 (Brasil, 2020), divulgada em junho de 2020, a população negra e as mulheres são os públicos mais afetados pela pandemia: a cada 10 (dez) pessoas que manifestaram sintomas da doença, 7 (sete) são negros. O estudo também revela aquilo que representantes de movimentos negros já reivindicavam há tempos, que a precariedade socioeconômica, a informalidade crescente no mundo do trabalho, a baixa remuneração e o quadro de comorbidades que negras e negros historicamente apresentam são fatores que intensificam a o risco das condições de saúde, bem como da letalidade da doença. Diante deste estrondoso cenário, pode-se afirmar, que a população negra está no mínimo duplamente desguarnecida, seja pela presença do vírus, seja pela ausência do Estado.

Considerando que o presente texto está situado temporalmente no desenrolar da conjuntura política e sanitária mencionada, o campo da educação também não foi poupado do dismantelo conduzido pelas ações estatais. Diversos ataques às áreas educacionais não cessaram, com destaque para as tentativas governamentais de impedir o acesso de estudantes pretos, pardos, indígenas e com deficiência ao ensino superior público e gratuito. Para exemplificar, no ano de 2016, o Ministério da Educação publicou uma portaria normativa² dispondo da indução de ações afirmativas na pós-graduação, como um reforço da Lei de cotas vigorada. Passados quatro anos, o então ministro, ao receber a notícia da sua exoneração, como um último ato de sua gestão, revogou a referida portaria como demonstração da insatisfação diante da política afirmativa que estava vigente. Entretanto, para alívio dos estudantes e dos movimentos sociais, o ato de revogação foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Percebe-se, então, que a desestabilização política se encontra em um gráfico crescente, resultando em cortes de verbas para as áreas finalísticas (ex: educação, cultura; assistência social, entre outras); redução drástica de auxílio estudantil e bolsas de pesquisa em diversas áreas; exonerações ministeriais e interferência direta na gestão das universidades. As diretrizes para o país, oriundas do poder central, revelam que o processo democrático tanto verbalizado anteriormente por seus representantes em campanhas eleitorais, encontram-se em um estado de quase morte por inanição. Com

² Portaria Normativa n. 13, de 11 de maio de 2016.

isso, a outorga desordenada segue seu fluxo de devastação perante as políticas públicas brasileiras.

Em razão desse panorama exposto, constata-se a onipresença do racismo e suas ramificações nos mecanismos sociais e políticos, fruto de um projeto genocida do Estado que segue seu curso, golpeando direitos e expondo corpos à diversas violações. O racismo mata, aniquila e produz sofrimento, afetando diretamente a saúde psíquica de pretos e pardos. Dessa maneira, é possível inferir que aqueles jovens negros que não estão morrendo por homicídio, por suicídio ou por COVID-19, de forma residual estão conseguindo ingressar na universidade, porém a saúde mental dessa juventude negra ressoa como algo urgente a ser encarado. Face à inúmeras perdas, acometimentos emocionais, adoecimento psíquico e abandono do ensino superior fica a indagação sobre o real valor das vidas negras para o país? Realmente importam?

3- AS AUSÊNCIAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO

Comumente é veiculado na sociedade que a educação é uma das formas mais eficientes de se alcançar a inclusão social, servindo na maioria das vezes como meio de mobilidade socioeconômica ao viabilizar empregos melhores remunerados e, conseqüentemente, qualidade de vida. Nesse sentido, as políticas públicas em geral e as políticas afirmativas em específico, percorrem um propósito de alavancar caminhos possíveis, principalmente para aqueles que historicamente foram destituídos de uma pertença social. O acesso à universidade não versa apenas na aprovação dentro do número de vagas disponíveis, pelo contrário, uma vez o estudante “autorizado” legalmente a ingressar, outras camadas intrínsecas de acessar o conhecimento tornam-se barreiras visíveis e invisíveis que precisam ser trazidas para o debate da academia.

No entanto, uma pessoa negra ao adentrar no universo acadêmico, muitas expectativas são geradas tanto em nível pessoal como no nível familiar e das amizades. Geralmente, é corriqueiro escutar de famílias negras que aquela/e estudante é a primeira pessoa da família a ingressar no ensino superior, e começa a ser reverenciada por isso. Outras situações também ocorrem configurando-se como um abismo social que se forma entre a vida universitária (em que os ditames da classe média/ média alta prevalecem) e a vida fora da universidade (em que a realidade social se choca).

Conjugações contrárias também sobressaltam entre os jovens, desde uma hipervalorização pelo fato dos entes considerarem uma primorosa conquista, como também uma desvalorização dos próprios parentes, ao verbalizar o famoso jargão “estudar para quê?; você tem é que trabalhar!”.

Essas situações de dualidade perpassam os jovens na academia e atravessam a subjetividade de estudantes que são considerados marginais nesse meio excludente. Em decorrência disso, é frequente o índice de adoecimento psíquico, *stress* agudo, crises de ansiedade e até desistência dos estudos. Ainda são raras as lentes que focam nas fragilidades que estudantes vivenciam na universidade, geralmente causadas pela própria reprodução do racismo, patriarcado, lgbtfobia, opressão de classe, entre outros. Chama-se a atenção para determinados processos em que o sofrimento psíquico pode se agravar ou ser fatal. Em relação ao racismo, por exemplo, os impactos decorrentes de discriminação, não reconhecimento ou humilhação racial podem alcançar uma profundidade tamanha na subjetividade da pessoa negra, que os efeitos podem ocasionar diferentes desfechos, inclusive o suicídio.

O suicídio apresenta-se na sociedade brasileira como uma temática tabu e bastante desafiadora, pelo fato de ocorrer em demasia no país e, ao mesmo tempo, receber uma tratativa silenciosamente desproporcional às ocorrências, fator que prejudica o enfrentamento da questão. Conforme informações da cartilha “Suicídio: informando para prevenir” da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP, 2014), elaborada com objetivo de orientar os profissionais da saúde em como identificar pessoas em risco e prevenir atos suicidas, anualmente são registrados cerca de 10.000 suicídios no país. Nesse cenário preocupante, a cada 100 brasileiros, 17% já pensou em cometer suicídio, 5% já planejou realizá-lo, 3% incorreu em tentativas e 1% chegou até as unidades de pronto-atendimento devido a esse ato. Internacionalmente os dados permanecem alarmantes, visto que, em 2012, o estudo aponta que 804 mil vidas foram ceifadas pelo suicídio, sendo uma taxa de 11,4 para cada 100 mil habitantes, representando uma morte a cada 40 segundos e uma tentativa de suicídio a cada 3 segundos (OMS *apud* ABP, 2014).

O referido estudo traça uma análise detalhada sobre o tema, caracterizando o suicídio como um ato historicamente presente na humanidade, sendo um aspecto comportamental processualmente construído na vida de cada pessoa, resultando, assim, de determinantes multifatoriais advindos da combinação de complexos fatores

psicológicos, biológicos, socioambientais, culturais e genéticos (ABP, 2014). Refletir sobre as práticas ou tentativas de suicídio, circunscritas aos pensamentos e planos de concretização desse ato, requer um olhar minucioso e não deve ser tratado de modo pontual e simplista, visto que é resultante de uma edificação paulatinamente construída pelos sujeitos.

Os tabus existentes na sociedade são levantados como principais fatores geradores de mitos que individualizam e diminuem a gravidade dos atos, prejudicando consequentemente a efetivação de mecanismos de identificação, tratamento e prevenção do suicídio. Cria-se, então, um sofisma do suicídio como um grande mal pecaminoso, em que se torna proibitivo falar abertamente sobre o tema, o que influencia diretamente na dificuldade em buscar ajuda frente aos sentimentos de discriminação e exclusão, bem como na ocorrência da notificação fidedigna de dados e documentos que difundem instruções e normativas para profissionais. Por conseguinte, o próprio olhar para o comportamento suicida é circunscrito em vícios sociais que concebe o ato como uma performance, uma escolha pessoal ou uma forma de chamar a atenção; também são utilizados linguajares falaciosos de fácil veiculação como: “falar sobre suicídio estimula as pessoas a cometerem o ato”; “se os veículos de comunicação publicizarem a temática, haverá um número maior de atos”, entre outros.

Os argumentos expostos evidenciam o risco eminente ao silenciar sobre o sofrimento psíquico e suas consequências. O acometimento do suicídio explicita um processo de adoecimento em que deve ser visto como uma questão de saúde pública e ser desmistificado ao reconhecer tratamentos de saúde como pilar interventivo, aliados à políticas públicas que elucidem ética e profissionalmente esse fenômeno. O papel da educação, dentre outras políticas públicas, é primordial no que tange ao compromisso de abordar a temática do suicídio e seus efeitos no ensino, aprendizagem e prática com transparência para estimular o conhecimento sobre o fenômeno e difundir fatores de proteção para os riscos existentes. As universidades precisam se envolver urgentemente, visto que é papel dela construir um saber crítico acerca da realidade social, com vistas a transformação cultural e científica.

A incipiente tratativa da temática do suicídio na sociedade brasileira contribui para os dados lastimáveis da ocorrência desse ato, uma vez que o Brasil ocupa o 8º lugar em números absolutos de suicídios no mundo, registrando cerca de 30 mortes por dia e um aumento de mais de 30% entre os jovens no período de 2000 a 2012. Os

jovens, principalmente na faixa etária entre 15 e 35 anos, do gênero masculino, com baixa escolaridade e/ou subempregos compõem o principal público de mortalidade global por suicídio, de acordo com os dados descritos no relatório da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2019). Os principais fatores de risco para ocorrência de suicídio, envolvem: tentativa prévia de suicídio; transtorno do humor, uso de substância psicoativa; acúmulo de sentimentos de desesperança, desamparo, desespero e impulsividade, violência sofrida na infância e adolescência, história familiar genética e fatores sociais discriminatórios (ABP, 2014).

De modo a racializar o debate e situar o conhecimento científico na história do Brasil, a cartilha intitulada “Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros – 2012 a 2016”, elaborada pelo Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Universidade de Brasília (Brasil, 2018), afunila a discussão ao realizar uma pesquisa sobre o suicídio permeada pela construção de indicadores específicos de raça/cor e mortalidade. Ressalta-se que foram demarcadas as faixas etárias da adolescência e juventude, respectivamente de 10 a 19 anos e de 20 a 29 anos, conforme classificação da Organização Mundial de Saúde e delimitado o corte temporal de 2012 a 2016. O documento está embasado na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2017) e ratifica o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde.

Ocorre que um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio são os jovens e sobretudo os jovens negros. Reiteradamente, as queixas raciais podem ser subestimadas ou individualizadas, tratadas como algo pontual, de pouca importância ou ainda culpabilizando aquele que sofre o preconceito. Somam-se a essas manifestações do racismo, o estigma que paira em torno do suicídio, gerando um silêncio ininterrupto sobre a questão. Desse modo, a pesquisa aponta que a proporção de suicídios entre negros aumentou de 53,3% em 2012 para 55,4% em 2016. No mesmo período, o número de suicídios entre pardos e indígenas também aumentou, respectivamente de 46,2% para 49,3% e de 2,1% para 2,9%; o índice apenas diminuiu na população branca (-1,2%). Isso mostra que o risco de suicídio entre adolescentes e jovens negros é de 45% maior em comparação com adolescentes e jovens brancos (BRASIL, 2018). A lamentável constatação de adolescentes e jovens negros serem mais vitimados pelo suicídio tem como força motriz o racismo atrelado a questões de desproteção social do



Estado. O estudo realizado enfatiza a importância do desenvolvimento dos fatores de proteção social interligados a área da educação como o acompanhamento da frequência escolar, a construção de condições para permanência na escola/universidade e a permanência de cotas raciais nas universidades, sendo elementos que substanciam o suporte social, imprescindíveis à prevenção do adoecimento psíquico.

Assim como para a saúde pública, torna-se evidente a questão dos agravos do adoecimento psíquico, ressalta-se a contribuição que as universidades também podem e devem fornecer, principalmente por se um espaço de aprendizagem, proposição e ressignificação dos fenômenos psíquicos, emocional, sociais, biológicos, culturais e materiais. Nesse sentido, as instituições acadêmicas precisam se envolver como parceiras no compromisso com a vida desses jovens e suas famílias, uma vez que é muito propício nesse meio, o acometimento de sofrimentos psíquicos por consequência de baixo rendimento, sensação de não pertencimento, dificuldade na interação com colegas e professores, discriminação racial, de gênero e de classe, não acesso a direitos como por exemplo à assistência financeira estudantil. Igualmente nessa direção, são comuns fatores estressores que prejudicam a saúde mental tais como sentimento de inabilidade frente às situações diversas, insegurança relacionada ao futuro profissional, carga horária exaustiva de trabalho, estudos e deslocamento, ausência de apoio psicossocial e grupos de sociabilidade (FEIJOO, 2018).

Muitos estudantes universitários, em seus relatos aleatórios, trazem determinados tipos de sofrimento no ambiente interno da academia, no qual a reprodução do racismo estrutural é recorrente e se reveste de diversos formatos: conteúdos tidos como brincadeiras, piadas, chistes e jocosidade são frequentes utilizando o fator principal da raça para provocar risos na “plateia” e propagar de forma velada as práticas discriminatórias raciais. Moreira (2019) nomeia como racismo recreativo este projeto de dominação pela via do humor, como forma de hostilizar negras e negros. Revela-se por meio da opressão racial cujo objetivo é legitimar os níveis hierárquicos raciais onde a raça branca ocupa o poderio e a raça negra o lugar de humilhação. O caráter estratégico do racismo recreativo procura mascarar essa realidade perversa ao criar meios para impedir a politização da raça negra, ao mesmo tempo em que neutralizada o grupo racial branco como normal e universal.

A incansável atuação da branquitude insiste em colocar-se na centralidade de todo saber/poder constituído e forjado na colonialidade. Bento (2002) vai nomear de



“pacto narcísico da branquitude” o acordo tácito estabelecido entre brancos em prol de defender seus privilégios simbólicos, materiais e identitários. Na universidade, as narrativas embranquecidas e os próprios olhares lançados ao corpo negro estão revestidos de preconceitos e condenação da existência daqueles que ali não deveriam estar. Em outras palavras, é o racismo epistêmico operando pela manutenção do monopólio branco que define o crivo do conhecimento, por intermédio de grades curriculares ocupadas majoritariamente por homens, brancos, oriundos de países do Norte global. E para se justificar tal legitimidade, atribui-se o lugar de subalternidade ao sujeito negro, destituindo-o da possibilidade de humanidade, conforme aponta Fanon (2008).

4- IMPORTÂNCIA DA ESCUTA PSICOLÓGICA NO ESPAÇO ACADÊMICO DIANTE DA ANIQUILAÇÃO DE SUBJETIVIDADES NEGRAS

Diante dos dados expostos acima, nos deparamos com a patologia social provocada pelo racismo e o quão suscetível estão os jovens e a população negra em geral. Dessa maneira, ao observar o universo acadêmico, nota-se que formas de construir espaços de diálogo, escuta e transformações acerca desse contexto tão perverso das relações raciais e suas feridas deixadas. O não-dito do racismo que paira no meio acadêmico produz efeitos nefastos à subjetividade, pois apresenta-se como uma questão desordenadora do psiquismo.

São diversos os elementos a serem problematizados no âmbito das universidades, destaca-se um olhar para a dimensão geracional dos discentes, pois são em sua maioria jovens. Assim, é possível verificar certas assimetrias em virtude da relação concomitante entre a formação educacional/profissional e a formação subjetiva enquanto ser, ambas em constante ebulição na trajetória acadêmica, muitas vezes desconsideradas na exigência da produtividade e êxito educacional. Por isso a importância de agenciamentos dos sujeitos na busca de identificações que possam fortalecer o processo de constituição e afirmação de si. Tavares (2020) ressalta como a dimensão temporal e da espacialização são fundamentais para as gerações, e chama a atenção para a materialidade que os movimentos sociais podem propiciar a inserção juvenil em locais que estimulem o reconhecimento social atribuindo novos contornos à existência.

Somando-se ao componente geracional outros fatores como gênero, raça, classe e sexualidade provocam invariavelmente uma apropriação de quem desfruta dos lugares de privilégio e poder, geralmente ocupado pelo poderio masculino branco heteronormativo em que lhe é facultada a outorga daqueles que podem ser considerados futuros detentores do saber, ou seja, são aqueles mais próximos do espelhamento narcísico, materializado por características físicas e ideológicas dos autores considerados cânones do conhecimento. Esse invólucro da colonialidade atravessa diretamente a forma de percepção de mundo pelos estudantes, visto que há uma escassez de repertórios políticos, emocionais e institucionais para lidar com os fatores violentos do racismo.

Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado é o olhar para o tão reduzido corpo docente negro que tem se formado, sobretudo em crescimento nas últimas décadas. Neste caso, acentuam-se ainda mais os espaços de solidão e acirramento das disputas de poder e legitimação do saber. O imperativo da colonialidade se faz presente na constituição do sofrimento psíquico também para esses profissionais do conhecimento. Romper com barreiras institucionais do racismo e enfrentar o apagamento das narrativas epistemológicas negras e afrodiáspórica configuram-se como um desafio cotidiano. Shirley Tate, a partir da sua vasta experiência na docência de universidades inglesas, destaca como a dor psicológica institucional invade a subjetividade de professoras e professores negros nos espaços acadêmicos, considerados “locais de marginalização/ rebelião corporal e sistêmica” (TATE, 2018, p.184). A partir de uma exemplificação pessoal, Tate nos mostra como que a raiva por sentir na pele o racismo de outras professoras brancas, a fazia produzir um efeito físico de ranger os dentes e, conseqüentemente, obter um desgaste ósseo na mandíbula.

Eu ranjo os dentes não porque nasci uma rangedora de dentes, mas sim porque fui transformada em uma. Fui transformada em uma rangedora de dentes por causa da raiva que sinto em trabalhar numa instituição branca, que produz a dor como um efeito negativo, em termos afetivos e materiais, do racismo e do heteropatriarcado. A dor de ranger os dentes com tanta força a ponto de a mandíbula doer, a dor de ser silenciada pessoal, política e epistemologicamente, a dor da solidão por estar absolutamente sozinha na convicção de que a injustiça ocorreu, a dor que emerge por meio do medo do ostracismo e da sua ocorrência real” (TATE, 2018, p.187).



A dor é produto de um silenciamento ao qual muitos docentes negros se deparam no universo acadêmico predominantemente branco. Entrar em contato com essa dor e não negá-la é um caminho, visto que “é particularmente importante olhar para a vida psicológica e os efeitos materiais dessa construção branca da nossa raiva como prelúdio da sua descolonização” (TATE, 2018, p.185).

Embora o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP não tenha a compilação de dados sobre raça/cor do corpo docente universitário, disponível até então no último Censo da Educação Superior 2018, os microdados revelam que apenas 16,4% são pessoas autodeclaradas negras, sendo 2% pretas/os e 14,4%, pardas/os (RIOS E MELLO, 2020). Apesar da população negra ser a maioria no Brasil, o número de docentes pretos e pardos na academia torna explícito como as ramificações do racismo estrutural se materializam no campo da educação superior. A esse contingente recai uma imposição da branquitude que ocasiona um enclausuramento e silenciamento, em que pese iniciativas individuais ou em menores grupos insistem e resistem nos muros e extramuros acadêmicos como forma de afirmação.

Pode-se, então, compreender que por mais que pessoas negras tenham conseguido alcançar elevados patamares de ocupação profissional de prestígio como a docência nas universidades, não estão descoladas das vicissitudes que atravessam os processos de exclusão e branqueamento vivenciados, pois “embora o papel da educação no processo de mobilidade social seja indubitável, há uma nítida linha de cor no retrato socioeconômico da desigualdade que tenciona a sua eficácia (ARBOLEYA, CIELLO e MEUCCI, 2015, p. 893). Nesse sentido, essas prerrogativas excludentes podem incidir diretamente no sofrimento psíquico também de professoras e professores em decorrência da imposição de grades curriculares embranquecidas e eurocêtricas; da desvalorização da produção de conhecimento por parte desses profissionais e pela ausência de investimento físico e financeiro em áreas de pesquisas afetas à população negra indígena e periférica.

A relação entre sofrimento psíquico e racismo, como propulsor desse sofrimento, afeta a estudantes e professores negros, via de regra se sentem muito solitários nas vivências atravessadas por esse sistema de opressão. Por isso, uma das formas viáveis que aqui busca-se refletir é o envolvimento da área da psicologia no suporte às questões emocionais e psíquicas dos sujeitos negros que vivenciam o

ambiente acadêmico. Parafraseando Neusa Santos (1983), o processo de “tornar-se negro” na universidade envolve um mergulho interno e, ao mesmo tempo, na coletividade como meio de conhecer a si mesmo e aprofundar nos processos intrínsecos à formação da subjetividade negra.

No entanto, o próprio fazer da psicologia precisa se interrogar no domínio da colonialidade e evidenciar propósitos antirracistas e gendrados na escuta do sujeito, pois é recorrente encontrar profissionais em que o olhar clínico, no âmbito da psicologia para as relações sociais de um modo geral, encontra-se revestido por uma camuflagem que procura sustentar os disfarces do racismo e das perversidades inerentes, além de questionar a veracidade dos fatos perante tamanha violência sofrida pelo sujeito. Por isso se faz premente que a psicologia se insira a partir de uma postura política, antirracista e positivamente afirmada e que possa revisitar lugares de disputa, para disponibilizar uma atuação qualificada.

Discutir a clínica psicológica e seus desafetos, implica em discorrer sobre assunto nodal na perspectiva do desenvolvimento humano no nível singular, mas também coletivo, pois no sujeito individual está presente a sociedade. E a relação dialética entre objetividade e subjetividade é inscrição pertencente e inalienável à condição humana nas sociedades contemporâneas (OLIVEIRA & NASCIMENTO, 2018, p. 219).

Notadamente a negritude é postulada como o não dito do sujeito, uma vez que o silenciamento que se faz diante da raça nos espaços institucionais, como na universidade, retira o direito de conhecer-se a si próprio e construir uma valorização de si. Algo recorrente presente na vida de estudantes universitários, principalmente ao ingressarem o curso superior, é um mix de idealizações e frustrações diante de tantas novidades e mudanças em relação à vida pregressa. Em relação a estudantes negras e negros, além do impacto diante do novo, outras questões são evidenciadas na universidade, sobretudo o peso do racismo institucional, que acaba produzindo nesses sujeitos aspectos de impacto psíquico como a não apropriação do espaço acadêmico como “seu”, distanciamento afetivo e corporal dos que estão ao redor e acúmulo de sentimentos como raiva, culpa, insegurança, medo e desesperança. É importante ressaltar que nada disso é provocado de forma independente e sem motivo aparente, aliás, tal afirmação muitas vezes configura-se como um subterfúgio racista para que a pessoa que comete possa se isentar de qualquer responsabilidade, pois frequentemente acaba distorcendo a interpretação do racismo como um fato personalista.



Nesse sentido profissionais da psicologia, tanto no espaço de formação como também na atuação direta com as pessoas, necessariamente, devem se atentar para as armadilhas do racismo, de forma a sempre se autoquestionar e questionar o que culturalmente está posto na sociedade. O racismo causa efeitos que incorre em comportamentos e crenças preconceituosas que passam ilesas, mas ferem de forma profunda a pessoa atingida. Atitudes como identificação estética pela via do padrão normativo de beleza branco e valorização do conhecimento, oriundo principalmente de europeus e norte-americanos, são exemplos de como o racismo opera e pode ser reproduzido incessantemente.

A escuta psicológica deve se atentar para as dualidades existentes nas armadilhas do racismo, visto que reflete rigorosamente na forma como o sujeito consegue se perceber. Afetos e desafetos endereçados a si próprio provocam certa confusão mental e até despersonalização. Como os estímulos externos (padrões de beleza, comportamento e intelecto) advém de um viés cultural imerso na colonialidade, um dos caminhos a percorrer é o de tentar criar meios de transmutar para uma diferenciação do que é de si e o que é do outro. Essa escuta também requer o compromisso de atuar na compreensão da história de vida do cliente/paciente, no desenvolvimento de autoconhecimento, construindo conjuntamente com ela/ele possibilidades de expressar e comunicar de forma mais assertiva seus sentimentos, a partir do momento em que vai entrando em contato com cada camada do sentir.

O terapeuta deve ter a sensibilidade de acompanhá-lo nesta mudança de foco para que haja um direcionamento que resulte numa vida psíquica e social segura e satisfatória para o seu paciente e sua comunidade, evitando-se o início de um novo processo de desesperança e autodestruição. (TAVARES & KURATANI, 2019, p. 8)

Muitas universidades dispõem de um serviço de clínica-escola em que estudantes do curso de psicologia têm a oportunidade de realizar estágios supervisionados de atendimento clínico individual ou em grupo para a comunidade em geral. Frente às inúmeras adversidades do racismo, umas das experiências que mostra a necessidade de um olhar cuidadoso para a permanência de estudantes negras e negros no ensino superior é a oferta de apoio psicológico por meio de clínicas-escolas com o foco nas diversas demandas inerentes às vivências na universidade.



Dentro dessa perspectiva, a clínica-escola pode configurar um espaço de acolhimento aos estudantes negros em relação ao sofrimento que o racismo produz e os efeitos psicossociais que acometem a população negra acadêmica. Compreendendo que espaços como esses estão à serviço da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, o trabalho da Psicologia na clínica-escola está inserido no objetivo de articular o ensino, a formação profissional e a pesquisa, com vistas a promoção de saúde mental para a coletividade.

Em decorrência do racismo estrutural e outras ramificações pelas quais o racismo se reinventa, a universidade acaba ainda sendo um ambiente muito hostil, em que muitas das vezes, as práticas racistas e as inúmeras discriminações são silenciadas seja por questões de hierarquias institucionais ou medo da possível repercussão negativa diante dos episódios, incompreensão e até uma possível desistência ou retirada do ambiente acadêmico. Não raro, o racismo pode aniquilar a subjetividade de jovens negras e negros, inclusive ceifando vidas. Por isso a importância de docentes, alunos e demais trabalhadores se envolverem na luta antirracista dentro da universidade, de modo a ocupar este espaço de exercer, assim como afirma bell hooks (2013), uma pedagogia anticolonialista, a fim de transpor fronteiras e interrogar as parcialidades que reforçam os diferentes lugares de poder instalados. A autora constata que a possibilidade de transgredir é a partir da entrada dos negros na intelectualidade, como forma de se posicionar e absorver o aprendizado como algo libertador, ainda que não nos seja a priori permitido.

A psicologia, em particular, tem um compromisso social, ético e político no seu fazer que, por intermédio de experiências como a clínica-escola pode percorrer caminhos de racializar o conhecimento e trazer para a sua centralidade a subjetividades de sujeitos que são subalternizados na nossa cultura ocidental colonial. Profissionais do campo da psicologia e estudantes devem atuar em prol da descolonização do conhecimento, isto é, construir saberes a partir da realidade vivenciada e não projetada em uma outra realidade incongruente com a vivida. Além disso, é fundamental no atendimento a pessoas negras que seja adotada uma postura de intervenção livre de julgamentos morais, comparativos e de desqualificação; visando identificar e aprofundar o processo de tornar-se e ser negro, a fim de compreender que a identidade racial de cada pessoa é diversa e atravessada por diferentes experiências. Manejar os sentimentos ambivalentes que o racismo provoca requer inclusive reconhecer os

privilégios raciais e interseccionais de si e dos que circundam, e sobretudo nomear e politizar o sofrimento.

Em 2017, na Universidade de Brasília - UnB surgiu uma iniciativa proposta por psicólogas e psicólogos negros do Distrito Federal de atendimento psicológico a estudantes negras e negros, em virtude de sofrimento psíquico decorrente do racismo vivenciado dentro e fora do meio acadêmico. O projeto, denominado REVIRA³ - Ressignificando Vivências Raciais foi se materializando aos poucos; e inicialmente foi realizado por uma psicóloga e um psicólogo que se voluntariaram para realizar os atendimentos na clínica-escola da UnB. Devido à enorme procura de estudantes negros para receber o atendimento, a dupla de profissionais, em parceria com uma professora do Instituto de Psicologia, ofertou estágio curricular para que alunas e alunos do referido curso de graduação pudessem realizar atendimentos individuais e em grupo à comunidade negra acadêmica, sob a supervisão dos proponentes.

Com a finalidade de subsidiar teoricamente a prática do atendimento, os estagiários contaram também com a formação de um grupo de estudos, como mais uma atividade do projeto REVIRA, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o atendimento clínico, a formação na psicologia e as relações raciais. O REVIRA, por dois anos, trabalhou intensamente e obteve bastante êxito principalmente por evidenciar o reconhecimento do racismo enquanto sofrimento psíquico e na resignificação de cada um, cada uma.

Todavia, como a demanda reprimida se demonstrava bastante elevada, a necessidade de institucionalizar o projeto se mostrou imprescindível, a fim de obter um quadro de profissionais que pudessem ser destacados para o trabalho. O projeto, na atualidade, encontra-se em uma fase de reformulação e tentativas de construção de diálogos institucionais, de forma demonstrar a importância de valorizar este fazer, e, inclusive, problematizar reflexões acerca da ausência/escassez de docentes efetivas/os negras e negros ou que, no limite, docentes que tenham atuação e pesquisa no campo da psicologia e das relações raciais negras.

Face à experiência apresentada, considera-se que as artimanhas do racismo se entrecruzam nas políticas de educação e saúde mental, pois a invisibilidade racial para determinados grupos habita não só os currículos formativos, mas também a atenção a

³ Agradecimento à psicóloga Dra. Marizete Gouveia Damasceno e ao psicólogo Ms. Igo Gabriel Ribeiro, ambos fundadores do REVIRA na Universidade de Brasília. E também agradecimento à Professora Valeska Zanello do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.



ser dispensada nos cuidados à saúde mental da população negra. Espera-se que ante ao crescente número de casos de adoecimento psíquico no meio acadêmico, em virtude de discriminações e preconceitos, as instituições possam rever as inflexões costumeiras e redirecionar o olhar para ações centradas nas relações raciais e de gênero, de modo a prover o bem estar físico, psíquico e emocional da comunidade acadêmica.

É o desse desejo de reconhecimento que nos leva à luta. Desejo de reconhecimento de nossa igualdade e dignidade humanas, o que se traduz politicamente na luta pelo direito igualitário aos bens materiais e simbólicos de prestígio da sociedade. Desejo de reconhecimento de nossa identidade cultural diferenciada, do qual decorre a luta pelo direito de sermos quem somos, sem precisarmos negar para sermos aceitos (DADESKY *apud* CARNEIRO, 2018, p.139).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das intempéries do racismo na sociedade, foi possível percorrer caminhos teóricos e práticos que corroboram com o olhar atento para a incidência de atitudes racistas no campo educacional universitário. O racismo, constituído socialmente como uma estrutura basilar nas relações humanas, opera por moldes de perversas engrenagens nas quais inclui excluindo sujeitos, tal qual pode ser observado nas instituições acadêmicas brasileiras. Desta maneira, cabe dizer que se torna inadmissível imaginar a construção de políticas educacionais no ensino superior que não contemplem intervenções antirracistas e decoloniais.

Há séculos carregamos feridas abertas deixadas pelo lastro do período escravocrata e pelo acirramento do capitalismo revestido pelos moldes contemporâneos da colonização. Contudo, a população negra nunca deixou de lutar pela ocupação de todos os espaços lhe é de direito, tampouco calou suas vozes para reivindicar diante do sistema opressor imposto. A universidade pela sua pujante posição no campo de formação possui um papel preponderante na desconstrução de saberes e de práticas coloniais, mas isso só se mostrará factível quando se propor a visitar os lugares de privilégio circunscritos na cultura ocidental racista e patriarcal.

Por isso, urge a necessidade de a academia legitimar e executar serviços que possam ofertar vivência, escuta e acolhida para estudantes e docentes negras e negros, visto que a perversidade do racismo pode paralisar e aniquilar subjetividades. Assim, o atendimento psicológico voltado especificamente a esse público configura-se como uma

via de pensar a clínica como algo possível, diante das inúmeras discriminações que os vulnerabilizam, pois não podem sequer ser considerados como sujeitos de direitos e de desejos nos diferentes espaços que ocupam, assim como a universidade.

Ademais, entende-se que dispor de um serviço de atendimento clínico que proporciona o espelhamento de profissionais e estagiários da psicologia com o mesmo pertencimento racial e compreensão dos fenômenos que o racismo provoca torna-se mais propício à formação de um vínculo identitário, acolhimento das questões cotidianas, aumento do repertório de habilidades sociais para enfrentar as discriminações sofridas, elevação da autoconfiança e respeito por si mesmo e desenvolvimento de capacidade autocuidado.

Por fim, vale ressaltar que o cuidado direcionado ao sujeito negro é algo a ser politizado nas esferas políticas e educacionais, visto que o adoecimento psíquico atravessado pelo racismo possui dimensões exponenciais. A população branca deve ser compelida a romper com o pacto narcísico da branquitude e desvendar seus fantasmas inconscientes, encarando seus privilégios. Reverter essa lógica atroz está calcada na construção incessante de atribuir o máximo valor à vida de cada jovem negras e negros, para que lhes sejam devolvidos os direitos de se manter vivos e de poder simplesmente “ser”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: *Letramento*, 2018.
- ARBOLEYA, Arilda; CIELLO, Fernando e MEUCCI, Simone. "Educação para uma vida melhor": trajetórias sociais de docentes negros. *Cad. Pesqui. [online]*, v.45, n.158, 2015, p.882-914. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053143248>.
- ABP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Suicídio: informando para prevenir. *Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio*. Brasília, 2014.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: *Vozes*, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. Brasília: *Editores do Ministério da Saúde*, 2017.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Universidade de Brasília: Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. *Brasília*, 2018.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*

no Brasil. Estudos e Pesquisas- *Informação Demográfica e Socioeconômica* n.41, 2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>>.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. Belo Horizonte: *Letramento*, 2018.

CARVALHO, José Jorge de; KIDOIALE, Makota; CARVALHO, Emílio Nolasco e COSTA, Samira Lima da. Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e encontro de saberes. *Soc. estado. Brasília*, v. 35, n. 1, 2020, p. 135-162. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010007>>

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: *Editora Edufba*, 2008.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. Por um núcleo de atendimento clínico a pessoas em risco de suicídio. *Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica – XXIV (2)*, 2018, p. 173-181, mai-ago. Doi: 10.18065/RAG.2018v24n2.6

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, 2012, p. 727-744. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>>

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: *WMF Martins Fontes*, 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública (orgs.). Atlas da violência 2019. *Várias edições*. São Paulo, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson GROSFOGUEL, Ramon (orgs.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. p. 44-93. Belo Horizonte: *Autêntica*, 2018.

MOREIRA, Adilson. Racismo Recreativo. São Paulo: *Pólen*, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Batista. Cor e Inconsciente. In: KON, Noemi Motriz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: *Perspectiva*, 2017.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. 24, p. 216-240, fev. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2005.

RIOS, Flávia; MELLO, Luiz. Estudantes e docentes negras/os nas instituições de ensino superior: em busca da diversidade étnico-racial nos espaços de formação acadêmica no Brasil.

Disponível em: <<https://boletimluanova.org/2019/11/15/estudantes-e-docentes-negras-os-nas-instituicoes-de-ensino-superior-em-busca-da-diversidade-etnico-racial-nos-espacos-de-formacao-academica-no-brasil/>> Acessado em: 09 de agosto de 2020.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: *Edições Graal*, 1983.

TATE, Shirley Anne. Descolonizando a raiva: teoria feminista negra e prática nas universidades do Reino Unido. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson GROSFOGUEL, Ramon (orgs.) Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Belo Horizonte: *Autêntica*, 2018.

TAVARES, Breitner Luiz. Interfaces do conceito de gerações de pesquisa em contextos biopsicossociais. In: MALCHER, Nazareth e PIMENTEL, Adelma (orgs.). Fenomenologia: Teoria e Clínica Vol II - Da saúde ao cuidado. Belém: *Instituto Nufen*, 2020.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. (2019). Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.39, 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. Suicide in the world: *Global Health Estimates*, 2019.

Recebido em: 29/03/2021

Aceito em: 29/05/2021